

**Juliana Barreto Farias**  
Seminário Mulheres Negras  
Março 2005

Desde o período colonial, a educação feminina esteve voltada, na maior parte das vezes, para as funções domésticas, a aprendizagem dos cuidados com a casa, com o marido e os filhos, sendo o bordado uma das únicas “prendas” permitidas sem maiores inquietações. Tanto as brancas, quanto as negras e as indígenas não eram alfabetizadas, salvo casos isolados, quando os jesuítas interessavam-se pela instrução religiosa de umas poucas jovens índias ou algumas famílias mais abastadas mandavam suas filhas para os conventos portugueses. Mas nem sempre os motivos que as levavam até ali sobrevinham da boa fé de seus progenitores ou tutores. Nos conventos, muitas viviam como prisioneiras, forçadas ao claustro pela rebeldia, pelo adultério ou por disputas de espólios familiares. A partir de 1678, com a criação do convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, e de outras instituições similares, o número de meninas que viajavam para se instruir em Portugal foi aos poucos diminuindo.

As primeiras notícias sobre experiências de ensino da população negra na colônia começam a aparecer na década de 1720. Nesse período, escravas negras e mulatas passaram a ser admitidas em instituições antes só permitidas às *sinhazinhas*, onde aprendiam boas maneiras, prendas domésticas e catequese. Algumas ingressavam nesses estabelecimentos em função de sua condição de filhas, ainda que ilegítimas, dos senhores de terra com suas escravas. Mas não se deve entender esse ingresso simplesmente como uma consequência da benevolência dos senhores para com seus rebentos, nem que o processo foi vencido sem reações mais incisivas por parte das autoridades. Em 1721, o governador de Minas, d. Lourenço de Almeida, recebeu uma ordem expressa de D. João VI exigindo que os “ilegítimos”, que não paravam de nascer, começassem a aprender a contar, ler e escrever em português e latim. Para educá-los, mestres-escolas deveriam ser pagos em cada vila da

provincia. A ordem real, contudo, não foi acatada por d. Lourenço, que alegou que os rapazes eram “filhos de negras”:

Por outro lado, já nesta época, encontramos indícios de uma luta muitas vezes silenciada, onde se destacam a figura de mães determinadas em garantir, através da educação, melhores condições de vida a seus filhos. **Izabel da Silva de Abreu** foi uma destas mulheres. Parda e viúva, desde cedo buscou assegurar a instrução de seus rebentos, custeando o aprendizado do ofício de boticário do mais velho, com alguém que lhe ensinava em troca de pagamento, e a alfabetização do mais novo. Esforçava-se assim para que ambos superassem a posição social em que viviam. Mas sua determinação foi vista com antipatia por José Antônio Pinto Donas Boto, juiz de fora e de órfãos de Mariana, cidade mineira onde Izabel morava. Nos idos de 1760, quando os bens de seu finado marido foram inventariados, o juiz Donas Boto arbitrava à viúva um valor bem inferior ao que ela havia solicitado para a instrução de seus filhos, alegando que os gastos propostos eram injustificáveis “em se tratando de mulatos”. Como Izabel não esmorecia, empenhou-se em uma renhida batalha para que seus descendentes fossem mantidos longe da “alavanca e da enxada” e concluíssem sua formação.

Da mesma capitania de Minas Gerais, vem a história de uma outra mulher negra, conquistamos um nome mais conhecido. **Chica da Silva** (1731-1796), ex-escrava que conquistasse o direito à educação. Mas aqui, ao contrário da anônima Izabel, conquistou sua alforria, vivia em concubinato com o desembargador João Fernandes de Oliveira. As nove filhas do casal eram, todas, alunas do *Recolhimento de Nossa Senhora de Monte Alegre de Macaúbas*, misto de educandário e convento, especializado na formação de moças, para onde as meninas eram encaminhadas assim que completavam cinco anos de idade. Ali aprendiam as primeiras letras, doutrina cristã, trabalhos de agulha e cantocho. Chica da Silva podia visitar suas filhas quando quisesse. E, para que esses encontros ocorressem com maior comodidade, ela e o desembargador construíram um sobrado, ao lado do *Recolhimento*, onde o casal podia prolongar a estadia ao lado das meninas pelo tempo que desejassem.

Até meados do século XIX, seria somente a partir de iniciativas isoladas de uns poucos grupos, como as dos africanos islamizados da Bahia, e da determinação de alguns homens e mulheres, que os negros, especialmente os cativos, teriam acesso à educação. Apesar da primeira Constituição do Brasil, de 1824, buscar o fim do analfabetismo – prevendo a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, e instituindo “colégios e universidades”, onde seriam ensinados as “ciências, belas-artes e artes” – e de, em 1827, surgirem as escolas de *Primeiras Letras*, conhecidas como *Pedagogias*, que formalizaram o

No Maranhão, há indicações de que, no Quilombo da Fazenda da Lagoa Amarela, seu líder, o negro Cosme, criara uma escola que ensinava aos pequenos quilombolas a ler e escrever. Em Salvador, alguns dos escravos e libertos que participaram da rebelião dos males, em 1835, reuniam-se nas casas de seus companheiros, nos quintais de seus senhores ou nos quartos e vagas alugados, para fazer refeições rituais, celebrar datas festivas, orar, recitar e decorar versões do Alcorão, além de aprender a ler e escrever o árabe. Como escrever e memorizar orações e textos do livro sagrado eram passos fundamentais para a formação islâmica, alguns cativos, mesmo após as labutas diárias, reservavam um tempo para leitura e o aprendizado da escrita árabe.

Mas esses casos eram de fato exceções em um contexto em que aos senhores e autoridades interessava que escravos e libertos aprendessem o mínimo necessário para sujeitar-se às suas ordens. A educação das crianças negras se dava na aplicação sistemática da violência e nas formas de luta pela sobrevivência. Na informalidade do ambiente de trabalho, nos intervalos das extenuantes tarefas domésticas ou agrícolas necessárias ao bem estar da casa-grande. Muitos cativos, pela proximidade com seus senhores, assistiam ou mesmo participavam das aulas particulares dos *sinhozinhos* e *sinhazinhas*. Nas senzalas, as jovens meninas escravizadas aprendiam com as negras mais velhas os diversos trabalhos que mais tarde exerceriam. Preparavam-se para lavar, passar, cozinhar, tecer, colher, servir e mesmo a aceitar caladas os desejos de seus senhores. Outras tantas eram por vezes enviadas para casas educacionais, administradas por mulheres livres, que lhes ensinavam regras de conduta e de trabalho.

ensino feminino, essas melhorias só atingiriam os homens e mulheres livres. Com a publicação do decreto 1331, de 1854, e o Aviso Imperial 144, de 1864, o acesso às escolas da Corte ficou oficialmente proibido aos “portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados”. E, mesmo depois de conquistada a liberdade, muitos ex-escravos ainda encontrariam dificuldades para se instruírem, fragilizados em suas iniciativas individuais, dependentes no mais das vezes da complacência dos “detentores” do conhecimento. Nas instituições de *Primeiras Letras*, encontramos apenas poucas libertas negras e pardas. No Rio, a Sociedade Amante de Instrução, fundada em 5 de setembro de 1829, acolhia crianças e jovens, “filhos dos Sócios” e também “pobres e órfãos”, em uma “aula de meninos, e mais duas de meninas”. Além de concorrer com as despesas para papel, penas e livros, a associação oferecia “socorros medicinais, vestuário e calçado aos mais necessitados”. Não sabemos, contudo, quantos desses estudantes eram filhos de escravos, ou ex-cativos que haviam conquistado sua alforria.

Com as discussões geradas pela criação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a questão da educação da população negra seria, pela primeira vez, tratada mais detidamente pelas autoridades e elites imperiais. Assim, os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da lei, conforme o artigo 2, poderiam ser enviados a associações que ficariam responsabilizadas pela instrução dos indivíduos até a idade de 21 anos. Após completar oito anos, a criança poderia ser também “comprada” pelo estado para o mesmo fim, amenizando com as indenizações o direito dos senhores à “propriedade”.

O Império passaria então a *patrocinar* o ingresso dos ingênuos, como eram chamadas as crianças de *ventre livre*, em instituições particulares espalhadas pelo Brasil, como o Imperial Instituto Fluminense (Rio de Janeiro, 1869), o Estabelecimento Rural de São Pedro (Alcântara, Piauí, 1873), a Colônia Orfanológica Izabel (Pernambuco, 1873), o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o Instituto dos Educandos Artífices (Paraíba, 1876) e o Azilio Agrícola Isabel (Rio de Janeiro, 1886). Contudo, a nova legislação mostrou-se pouco eficaz, já que os índices de analfabetismo pouco decairam, assim como um número irrisório de crianças foi realmente liberta e encaminhada às escolas.

Em Campinas, no final da década de 1860, dentre as inúmeras escolas criadas por grandes fazendeiros e outros trabalhadores da região, próprias à educação de seus descendentes e também dos chamados “deserdados da fortuna”, havia muitas que apareciam nos jornais e almanagues da época como instituições pagas, outras tantas, destinadas à alfabetização ou oferecendo o chamado curso secundário, como o Colégio para Meninas, de D. Ignácia de A. Camargo, a Escola de Anna Matilde Pinto e a Escola de D. Maria Benedita Braga. Dentre as instituições fundadas na cidade nessa época, “destinadas aos pobres e a seus filhos”, destacava-se o Colégio Cesarino, ou Perseverança, especializado no ensino de jovens negras e pobres. O espaço educacional era dirigido conjuntamente pelo mulato Custódio Cesarino, sua mulher e as três filhas do casal, **Amância, Bernardina e Balbina**, que também ministravam aulas. Em 1865, contava com

Por esse período, também é possível encontrar notícias sobre outras iniciativas e associações que buscavam incentivar a educação da população negra, e em especial das mulheres. Com a criação de alguns cursos noturnos, crianças e adultos, homens pobres e mesmo escravos passariam a receber instrução preliminar. No Rio de Janeiro, a Sociedade de Auxílio à Indústria Nacional (SAIN), abrigava, desde 1868, uma escola gratuita, com o fim de instruir as “classes trabalhadoras”. Na cidade paulista de Ipiranga, o Asilo Sagrada Família, fundado por Madre Paulina em 1903, reunia vinte meninas negras em seu curso preliminar, além de se dedicar ao trato de ex-escravos idosos. O século XX continuou assistindo o surgimento de diversas iniciativas educacionais voltadas para a população afro-descendente. Em 1922, a futura deputada Antonieta de Barros funda, em Florianópolis, mais um desses espaços. O Curso Popular Antonieta de Barros funcionaria por mais trinta e dois anos, trabalhando para a formação de sucessivas gerações de homens e mulheres negros. Retornando ao oitocentos, em 1882, o Clube dos Libertos contra a Escravidão, criado em São Domingos de Niterói, determinava em seus estatutos, aprovados por Carta do Governo da província do Rio em junho daquele ano, que seu principal objetivo era “libertar o maior numero possível de escravos”. Previa ainda a assistência aos sócios em caso de “molestia ou perseguição” e a criação de escolas primárias noturnas e gratuitas para seus associados e demais interessados, “devido os escravos que as frequentar apresentar consentimento expresso de seus senhores”.

quarenta e quatro alunas, entre brancas e negras; dez anos depois, esse número crescera para 51. Em 1872, foi realizado um leilão de artesanato na escola, com o objetivo de angariar fundos para a alfornia de uma negra. O empenho da família por redimir da escravidão as crianças desassistidas foi registrado por Dom Pedro II, quando em 1876 escreveu em seu diário que “o colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher, pardos, tem muitas meninas e é bastante conceituado...”.

Na realidade, as propostas de educação levadas adiante por algumas dessas associações estavam mais preocupadas em “ocidentalizar” os costumes tidos como “*barbáros*” por grande parte da sociedade brasileira da época, do que propriamente em ampliar a participação cidadã dos afro-descendentes. Não se sabe ao certo quantos alunos frequentadores daqueles cursos eram negros livres. No entanto, os poucos dados que dispomos sobre o período evidenciam que a situação dos cativos e libertos não mudara muito. Em toda a província do Rio de Janeiro, segundo o Relatório Provincial de 1879, apenas 104 escravos sabiam ler e escrever, sendo que 81 eram homens e 23 mulheres. Somente no final da década de 1870, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, a população negra obteve o direito ao ensino público. Entretanto, como em outros tempos, os homens e mulheres negros, diante de um cenário evitado de preconceitos e ainda permeado por medidas e posturas restritivas, criariam, com uma resistência tenaz, diferentes maneiras de adquirir conhecimentos, aprenderem a ler e a escrever. Incentivadas por uma ambiente mais favorável à disseminação do ensino e pelo avanço dos ideais abolicionistas, as mulheres negras ocuparão um papel de destaque nesse processo de integração, fundando escolas, escrevendo manifestos, pressionando as autoridades para a tomada de atitudes mais definitivas com relação às enormes diferenças existentes no interior da sociedade brasileira da época.

Uma destas mulheres, que já tivemos oportunidade de conhecer, foi a escritora, poetisa e educadora Maria Firmina dos Reis, autora de hinos, folhetos populares e de *Ursula*, primeiro romance abolicionista feminino. Nascida em 11 de outubro de 1825, em São Luís do Maranhão, negra e bastarda, foi registrada por João Pedro Esteves. Aos cinco anos, mudou-se para a cidade de Guimarães. Ali mesmo, prestou concurso para o ensino

primário oficial. Depois de disputar a vaga com mais duas candidatas, foi nomeada em 1847. Lecionou em Guimarães até 1881, quando se aposentou. Não abandonaria, porém, sua dedicação à educação. Em Magaricó, município a poucos quilômetros dali, continuaria sua missão, ministrando aulas para filhos de fazendeiros e de lavradores. Faleceria em 11 de novembro de 1917, já cega e com 92 anos, na casa de uma amiga que fora escrava. Mas Firmina não foi a única.

No Rio Grande do Norte, em Macaíba, sertão de Seridó, nasce a 12 de setembro de 1876 uma menina negra, batizada de **Auta de Sousa**, única mulher entre os quatro filhos de **Henriqueta Leopoldina** e Elói Castriano de Sousa. Ainda jovem, ela frequentou o Colégio São Vicente de Paula, de freiras francesas, em Recife. Ali se destacou como a primeira aluna da turma, recebendo todos os prêmios escolares. Sua paixão pela literatura logo levaria a jovem a escrever as primeiras poesias. Uma produção literária que se intensificaria nos anos seguintes, como podemos observar nos poemas publicados em jornais e revistas da região e em diversos livros organizados em fins do século XIX. A poetisa, que morreu com apenas 24 anos, seria homenageada, anos mais tarde, na Escola Doméstica de Natal, com a fundação – em 12 de setembro de 1925 – do grêmio litero-musical Auta de Souza.

**Luciana Abreu** (1847-80), nascida órfã em Porto Alegre, em 11 de junho de 1847, foi outra que desde cedo foi incentivada a estudar, pelo seu pai adotivo, o guarda-livros Gaspar Pereira Viana. Em 1859, terminou o curso primário, permanecendo na escola como ajudante. Dez anos depois, já com uma filha, seria uma das primeiras a ingressar na recém criada Escola Normal de Porto Alegre, onde se diplomaria em 1872. Atuando como professora primária, abria, anos mais tarde, uma reconhecida escola particular. Seu nome aparece afixado ainda entre aqueles que, sem medo, expuseram idéias sobre a emancipação feminina. Sua voz veemente ecoava por sobre a tribuna da sociedade *Parie non Literario*, reduzido da intelectualidade gaúcha, onde se reuniam republicanos e abolicionistas, que defendiam o direito à instrução das mulheres, arrecadavam fundos para libertação de escravos e realizavam saraus literários para aprimorar a educação feminina. Em uma dessas reuniões, Luciana discursou, com grande firmeza, sobre a condição da mulher, seu direito

irrestrito à instrução superior e à liberdade de poderem escolher a profissão que quisessem. Foi aplaudida de pé, tornando-se um dos símbolos da emancipação feminina gaúcha.

Essas experiências e mobilizações em torno da participação e do ingresso de negros e negras em diferentes espaços educacionais, especialmente a partir da década de 1870, não implicavam numa consequente valorização de suas origens e culturas. Entre os diferentes grupos étnicos do continente africano, a transmissão do conhecimento, da história e da memória familiar quase sempre se dava através da oralidade. Aqui, do outro lado do Atlântico, os africanos, e também seus descendentes, ao aprenderem a ler e escrever, acabavam dando passos fundamentais para a entrada no universo “branco”, distanciando-se assim de suas tradições, tidas por alguns letrados, elites e autoridades como costumes *barbaros* e incondizentes com o espírito científico da época.

Com a abolição da escravidão e a chegada da república pouca coisa vai mudar nesse cenário. Desde fins do século XIX, os debates científicos estavam girando em torno das teorias eugênicas, que justificavam – a partir de um esquema evolucionista – as péssimas condições em que viviam boa parte da população negra. Seguindo essa perspectiva, os africanos e seus descendentes estavam em um “estágio evolutivo” bem abaixo do europeu. Por outro lado, a mulher passa a ser incentivada a estudar, embora sua instrução continuasse a serviço da família e das primícias paternas. Sua função social continuava ligada ao lar, aos filhos e ao bem estar do marido, tido como o provedor da família. Para as negras, a condição era ainda mais agravada, em função dos estigmas legitimados por um racismo embasado em premissas supostamente científicas. A elas pouco restaria a realizar, além de arrumar, cozinhar, lavar para suas patroas, vender frutas nas ruas da cidade ou prostituírem-se. Mas foi nessa época que começaram a surgir grupos escolares, nos quais meninos e meninas passam a dividir o mesmo espaço educacional. Disciplinas, que até então eram lecionadas apenas para os homens, são agora disponibilizadas às mulheres.

Decerto, desde pelo menos meados do oitocentos, encontramos algumas poucas escolas que ofereciam às meninas atividades e lições para além das habituais “prendas



Na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, **Luciana Lealdina de Araújo**, mais conhecida como “Mãe Preta”, fundaria o Asilo São Benedito, em 13 de maio de 1901. Nascida em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1870, em meio a pobreza, iniciou sua vida de dedicação às crianças negras, ainda muito jovem, logo que chegou ao município de Pelotas. Com os donativos que arrecadava em suas peregrinações pelas ruas da cidade, fundou o Asilo, onde voluntárias negras alfabetizavam e ensinavam prendas domésticas às meninas carentes. Quando percebeu que sua missão fora cumprida, Luciana partiu, em 1908, para Bagé onde criou o Orfanato São Benedito, com o auxílio de suas três filhas de criação, **Alice, Avelina e Julieta**, e com sua amiga **Florentina Ferreira**. Olavo Bilac foi uma das testemunhas que se encantou com o projeto. Em 1916, escreveria: “Bendita seja esta obra de caridade e amor”. Com o crescimento do Orfanato, Luciana pediu para que

Mas é justamente a partir de fins do século XIX que essas instituições vão se estabelecer, com uma maior regularidade, em diversas cidades brasileiras. Em 1897, no interior da Irmandade de São Benedito dos Homens Preto da cidade de Campinas, foi criado o Colégio São Benedito e, em junho daquele ano, realizou-se a primeira aula mista. Menos de um mês depois, **Ana de Almeida Cabral** seria nomeada como a primeira professora da escola, que reunia 21 meninas e 19 meninos nesse período inicial. Em 1907, já contava com 272 alunos matriculados e, no ano seguinte, chegou a ter 422 estudantes. Três anos depois, o Colégio seria incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor.

domésticas”. No Rio de Janeiro, o Colégio de Meninas, uma instituição particular dirigida por Mr. e Mrs. Hitchings, localizada em Botafogo, ensinava “todas as matérias tendentes à completa instrução das meninas, e bem assim como todos os ramos da mais perfeita educação”. Ao lado das aulas de costura, das artes de bordar e do ensino religioso, ministravam ainda aulas de língua estrangeira, de belas-artes – como desenho, música e canto – e também matérias ligadas às ciências, como astronomia, botânica, história e geografia. Num anúncio publicado no *Almanack Laemmert* de 1848, seus diretores destacavam que, como a educação era a “base principal da felicidade humana”, esmeravam-se, incansavelmente, nos “progressos de suas alunas”, instruindo-as “em todos os objetos úteis ao seu desenvolvimento físico e moral”.

fosse substituída na direção da casa. Mas continuaria com sua dedicação à instrução de meninas e meninas carentes. Ali mesmo em Bagé, passou a dirigir uma creche para crianças pobres. Faleceria anos mais tarde, em 21 de novembro de 1930. O nome da dedicada “mãe preta”, está vivo na memória de Pelotas, e, inscrito em diversos locais da cidade: na Escola Municipal Luciana Lealdina de Araújo, na praça e na rua que também levam seu nome. Até hoje, a instituição criada por Lealdina é mantida pelas irmãs da Congregação do Imaulado Coração de Maria e, desde 1993, funciona em regime de semi-internato, abrigando somente meninas. Em 1999, das 90 meninas matriculadas, 55 eram negras. Já entre as 18 professoras que compunham o quadro da escola nesse período, só encontramos uma negra.

Pelotas, a cidade onde Luciana Lealdina desenvolveu sua obra, também foi um importante reduto de uma imprensa negra combativa, um dos primeiros sinais emitidos no século XX em direção a uma consciência que mais tarde daria ensejo ao movimento negro. O *Jornal Alvorada*, criado em 5 de maio de 1907, foi um dos principais meios de divulgação da comunidade negra. Em suas páginas, as mulheres negras tiveram oportunidade de dar prosseguimento à luta por educação e por uma maior abertura nos meios de expressão.

A partir da década de 1930, especialmente com a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, a educação pública adquire uma feição organizada e sistematizada, mas sem grandes avanços no que se refere à integração de negras em seu corpo docente. Acompanhando as teorias raciais do período, a contratação das professoras estava vinculada a critérios que envolviam o julgamento de aspectos físicos e psicológicos, que acabavam, quase sempre, favorecendo aquelas que tinham o fenótipo “europeizado”. Em 1932, os requisitos para uma jovem ingressar no magistério público passavam tanto pela comprovação da ausência de doença contagiosa ou repugnante, de defeito físico ou psíquico, como de hábitos higiênicos e de personalidade (boa conduta social e vocação individual e familiar – pais, tios ou irmãos no magistério).

Esses critérios embasados na ideologia do branqueamento, contudo, não foram suficientes para apagar a destacada atuação de algumas professoras negras em instituições e

Como em outros tempos, os governantes, políticos e as elites de uma maneira geral continuariam, ao longo do século XX, fazendo muito pouco para integrar tanto negras como negros no processo de ensino. Mas essas persistentes adversidades não seriam obstáculos para as mulheres negras. A mobilização e a luta, tanto individual como coletiva, especialmente com a participação ativa do movimento negro a partir da década de 1970, marcariam suas histórias nas últimas décadas, coincidindo com uma maior presença nas

Em meio a este clima de velada segregação racial, outras escolas surgem dentro de projetos mais amplos de conscientização e mobilização da população negra. Associações de ensino de gramática, geografia, história, matemática, geometria e prendas domésticas também faziam parte das aulas ministradas. Havia ainda a preparação de alunos para o ingresso nos cursos superiores.

Outros espaços de ensino. E nesse período o exercício do magistério aparecia justamente como uma das principais alternativas de profissionalização feminina. **Elza de Moura**, uma das mulheres negras mais atuantes de seu tempo, educadora e comunicadora de rádio e televisão, lembra que “as mulheres não tinham outra saída se não fosse professora. Eu não pensei em ser professora. Eu pensei em estudar”. Apesar de ter sido matriculada por seu pai, “sem ser consultada”, na Escola Normal de Belo Horizonte, logo se destacaria, ministrando aulas na Escola Rural da região e escrevendo para suplementos infantis de jornais. Mas a *propaganda* de uma democracia racial e os padrões de comportamento que iam sendo impostos e disseminados nessa época muitas vezes encobriam uma política discriminatória nos ambientes escolares. Elza revela que nunca percebeu qualquer tipo de discriminação nessas instituições, “nem social, econômica ou religiosa”.

universidades do país. Em 1979, na cidade paulista de São Carlos, articulava-se o primeiro grupo de afro-brasileiros preocupados em utilizar o espaço acadêmico para desenvolver estudos sobre a temática do negro na educação. Quase vinte anos depois, **Ivete Sacramento** seria eleita a primeira reitora negra do Brasil. Nascida em Salvador em 30 de outubro de 1952, formada em Letras e com pós-graduação pela Universidade de Quebec, no Canadá, esta baiana pioneira foi escolhida pelos professores, alunos e funcionários da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para o mandato de 1998 a 2001. No ano seguinte, seria reconduzida ao cargo por mais cinco anos, com 75% dos votos. A história da alagana **Maria José Carrasqueira** também apresenta ecos de pioneirismo na educação. Formou-se no magistério em 1936 no Grupo Escolar D. Pedro II e em seguida passou a dar aulas na cidade de Maragogi. Em 1962, após realizar o curso prévio, tornou-se supervisora das escolas municipais. Em 1976, já formada em Educação Artística, Maria assume o comando folclórico da Universidade Federal de Alagoas aonde permanece até 1997, com oitenta e dois anos.

Embora os brasileiros, e especialmente as mulheres negras venham, pouco a pouco, aumentando sua presença nas instituições de ensino superior, a situação ainda está longe do ideal. A ampliação do acesso à escola não significou o fim das desigualdades raciais, já que a proporção de negros com doze anos de estudo é quatro vezes menor do que a de brancos na mesma faixa etária. Nos últimos anos, contudo, medidas afirmativas, como a adoção de políticas de cotas para negros nas universidades públicas, vêm sendo apresentadas como formas de reduzir essas disparidades, mobilizando diferentes atores sociais nessa discussão fundamental para nossa história.

Em 9 de janeiro de 2003, a lei federal 10.639 tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileiras nos níveis fundamental e médio. Nos currículos escolares, foram incluídos, desde então, “o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política (...)” Antes mesmo da promulgação do decreto federal, associações negras já vinham valorizando a cultura e a memória afro-brasileira nas salas de aula. Em Salvador, a Escola **Ana Eugênia**,

dos Santos foi criada em fins da década de 1980, no terreno de candomblé do Ilê Axé Opô Afonjá, com um projeto pedagógico desenvolvido por uma das filhas-de-santo da casa, que tomava como base as vivências de seus próprios alunos negros. Na mesma cidade, o bloco afro Ilê Aiye fundou, em 1988, a Escola Comunitária **Mae Hilda**, que também procura resgatar e valorizar a história dos africanos e seus descendentes. Da primeira experiência no bairro da Liberdade, o *Projeto de Extensão Pedagógico do Ilê Aiye* se estendeu para outras três escolas públicas de Salvador. Além de capacitar educadores, orientadores e professores, mobiliza ainda crianças e adolescentes para participar de oficinas de indumentárias de origem africana, percussão, capoeira e dança.

Ainda são poucos os materiais didáticos que abordem as tradições religiosas, culturais e políticas dos diferentes grupos étnicos africanos, tanto em suas terras de origem, como do lado de cá do Atlântico. Em geral, os professores – como a paulista Maria Cecília – têm que recorrer, em suas aulas de história, literatura ou educação artística, a músicas, danças e a literatura infantil. Aos poucos, Cinderela e Branca de Neve vão dando lugar a personagens como Kiriku ou a Doce Princesa Negra. De acordo os dados obtidos pela jornalista de *O Estado de São Paulo*, em parte da bibliografia disponível em algumas escolas municipais paulistas, encontramos títulos infantis e juvenis, como *Doce Princesa Negra*, de Solange Azevedo Cianni, e *Prezinha, eu?*, de Júlio Emilio Braz. Além disso, há ainda outras iniciativas, como as realizadas por colégios municipais e estaduais de Campinas e São Paulo, que vêm capacitando professores já formados. No Maranhão e Goiás materiais didáticos próprios estão sendo produzidos para serem utilizados por alunos que moram em áreas quilombolas.